



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

Quanto aos projectos de investimento de grande envergadura do Governo da RAEM, a Auditoria veio, mais uma vez, detectar situações de falta de controlo orçamental, facto este que o público questiona. O motivo para o surgimento de graves deficiências tem a ver com as estimativas orçamentais dos projectos poderem ser ajustados a qualquer momento, uma vez que não está legalmente definida a obrigatoriedade de se proceder a estimativas dos custos dos projectos públicos, nem qualquer mecanismo para debate dos mesmos em sede da Assembleia Legislativa, tendo em conta o interesse público. A proposta de lei para regular a execução orçamental, que o Governo está a preparar há anos, ainda não está concluída.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. “Criar um regime orçamental adequado à realidade da RAEM”, “optimizar o processo de tratamento do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA)” e “proceder à revisão geral do regime orçamental do PIDDA” foram promessas assumidas pelo Governo há já vários anos, no âmbito das suas políticas para a economia e finanças. Porque é que ainda não foi efectuada a respectiva reforma e a Auditoria voltou a detectar, mais uma vez, que as despesas ultrapassam o orçamento inicialmente previsto? Quando é que o Governo vai apresentar a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

referida proposta de lei, e prever a obrigatoriedade de se proceder a estimativas dos custos dos projectos públicos e à sua fiscalização?

2. Com base na obrigatoriedade de se proceder a uma estimativa dos custos das obras públicas e com vista a reforçar a fiscalização e a transparência das despesas públicas, os projectos de desenvolvimento de investimento público, cujas despesas sejam superiores a 40 milhões de patacas, assim como eventuais aumentos do orçamento, devem ser sujeitos à respectiva apreciação pública na Assembleia Legislativa. O Governo da RAEM concorda com isto?

3. O orçamento do projecto de desenvolvimento de investimento público do Terminal de Pac On, na Taipa, várias vezes ficou fora de controlo, mas o investimento continua. As despesas com as infra-estruturas do Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Henqin ultrapassaram gravemente as despesas orçamentadas, mas o Governo da RAEM voltou a designar o mesmo grupo de empreiteiros para o projecto de investimento público da nova passagem entre Cantão e Macau. O orçamento do metro ligeiro aumentou de 2,7 mil milhões para 4,8 mil milhões, 7,5 mil milhões e 11 mil milhões, sucessivamente, e mesmo assim, não pára de aumentar. Antes do estabelecimento duma lei rigorosa sobre a execução orçamental, o Governo da RAEM deve proceder, prioritariamente, à estimativa das despesas preocupantes das referidas obras públicas e explicá-las ao público. O Governo vai fazer isso? Quanto aos aumentos de orçamento, o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Governo deve prometer que serão submetidos à respectiva apreciação pública na Assembleia Legislativa. O Governo vai fazê-lo?

17 de Julho de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Ng Kuok Cheong